

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 17/12/2019	Caderno: Notícias



Terça, 17 de Dezembro de 2019 - 06:40

## ***Câmara aprova adiamento de regra que deixa empresa usar crédito do ICMS***

por Angela Boldrini | Folhapress



A Câmara dos Deputados aprovou nesta segunda-feira (16) projeto que adia para 2033 a possibilidade de empresas usarem créditos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Com isso, os estados poderão continuar fazendo apropriação dos créditos. O texto vai à sanção do presidente Jair Bolsonaro.

Caso o texto não vire lei, os estados terão que pagar créditos para as empresas exportadoras já a partir de 2020, o que afetaria os cofres públicos dos entes da Federação, muitos já em crise fiscal. De acordo com a Lei Kandir, as empresas podem ter créditos sobre produtos a serem exportados.

No entanto, os estados podem se apropriar dos créditos de insumos (energia elétrica, telecomunicações e outras mercadorias). O projeto já foi aprovado no Senado em outubro e saiu da Câmara sem alterações, para que haja tempo de o presidente sancionar antes que a regra atual -segundo a qual o prazo para os estados acaba em janeiro do próximo ano- comece.

O objetivo é não diminuir a arrecadação do ICMS em um momento que os estados sofrem crise fiscal.

O placar na Câmara foi de 388 votos favoráveis e 49 contrários. Parlamentares do PSL e do Novo formaram a maior parte dos votos contrários. Eles afirmam que a ampliação do prazo vai contra o livre mercado e que é preciso evitar prorrogações.

Veículo: Política Livre	
Data: 17/12/2019	Caderno: Economia



17 de dezembro de 2019 | 06:49

## ***União banca R\$ 7,1 bilhões em dívidas não pagas por Estados e municípios***

### **ECONOMIA**

O governo federal já precisou desembolsar R\$ 7,15 bilhões neste ano para cobrir calotes de Estados e municípios em dívidas bancárias que tinham garantias da própria União. O valor acumulado até novembro supera com folga os R\$ 4,8 bilhões em débitos honrados pelo Tesouro Nacional em todo o ano passado.

Entre os Estados, o maior rombo foi herdado do Rio de Janeiro, cujas dívidas assumidas pela União alcançam R\$ 3,5 bilhões. Na sequência, aparece Minas Gerais, com R\$ 2,8 bilhões em pagamentos não realizados neste ano. A lista tem ainda Goiás (R\$ 691,41 milhões), Rio Grande do Norte (R\$ 93,95 milhões) e Amapá (R\$ 73,43 milhões). O Tesouro teve de quitar também um débito de R\$ 1,59 milhão em nome da prefeitura de Belford Roxo (RJ).

A depender da avaliação das contas dos governos regionais, a União concede garantia em empréstimos para que os contratos tenham juros mais baixos. Nos últimos anos, porém, a situação financeira de Estados e municípios registrou piora – com a queda da arrecadação e o aumento de gastos fixos como salários de servidores –, comprometendo os pagamentos de débitos bancários.

Como garantidora dessas operações de crédito, a União, representada pelo Tesouro Nacional, é comunicada pelos bancos e organismos internacionais de que parcelas de dívidas garantidas estão vencidas e não pagas. O governo federal informa o governador ou o prefeito que há atrasos e, caso não haja quitação, é a União que paga os valores.

Como forma de compensação, o Tesouro teria a opção de bloquear o repasse de verbas constitucionais (como os fundos de participação dos Estados e municípios), mas não é isso que tem acontecido. No caso do Rio de Janeiro, por exemplo, o impedimento está ligado ao fato de o Estado ter aderido ainda em 2017 ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) – programa de socorro do governo federal. O regime suspende o pagamento de dívidas

estaduais com a União em troca de medidas de ajuste fiscal. Procurado, o governo do Rio respondeu que o não pagamento da dívida está previsto no regime.

Nos casos de Minas Gerais, Goiás, Amapá e Rio Grande do Norte, os governos estaduais conseguiram decisões judiciais que, na prática, autorizam os calotes sem nenhuma contrapartida para a União. Os outros Estados foram procurados, mas não se posicionaram.

O diretor executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado, Felipe Salto, afirma que os Estados têm tirado proveito de um entendimento que os favorece no Supremo Tribunal Federal (STF) para empurrar a responsabilidade do pagamento para o Tesouro. Ele lembra que a proposta de novo pacto federativo enviada ao Congresso pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, proíbe a União de dar garantias para novos empréstimos dos Estados com bancos públicos a partir de 2026.

“Bastaria aplicar a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), se o Judiciário não tivesse essa tendência de beneficiar os Estados. Por isso, o governo quer colocar na Constituição essa proibição para novas operações, via pacto federativo”, afirmou. “Os Estados têm de ser responsáveis pelas suas contas. Somos pródigos em criar regras fiscais, mas não somos pródigos em cumpri-las”.

Segundo Salto, houve uma expansão de autorizações para que os Estados contratassem dívidas entre 2008 e 2014, mesmo para aqueles que não conseguiram comprovar a capacidade de pagamento dessas faturas. “Se a União avaliza e o Estado não tem condições de pagar, o custo recai sobre ela. Só que a União também está em uma situação ruim. Esses R\$ 7 bilhões não vão gerar um caos nas contas federais, mas é uma amostra do que pode acontecer se continuar essa política de concessão de garantias que não leva em consideração a situação fiscal dos governos regionais”, disse o especialista.

*Estadão*

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 17/12/2019	Coluna: Economia



## UNIÃO BANCA R\$ 7,1 BI EM DÍVIDAS NÃO PAGAS POR ESTADOS E MUNICÍPIOS



17 Dezembro, 2019

O governo federal já precisou desembolsar R\$ 7,15 bilhões neste ano para cobrir calotes de Estados e municípios em dívidas bancárias que tinham garantias da própria União. O valor acumulado até novembro supera com folga os R\$ 4,8 bilhões em débitos honrados pelo Tesouro Nacional em todo o ano passado.

Entre os Estados, o maior rombo foi herdado do Rio de Janeiro, cujas dívidas assumidas pela União alcançam R\$ 3,5 bilhões. Na sequência, aparece Minas Gerais, com R\$ 2,8 bilhões em pagamentos não realizados neste ano. A lista tem ainda Goiás (R\$ 691,41 milhões), Rio Grande do Norte (R\$ 93,95 milhões) e Amapá (R\$ 73,43 milhões). O Tesouro teve de quitar também um débito de R\$ 1,59 milhão em nome da prefeitura de Belford Roxo (RJ).

A depender da avaliação das contas dos governos regionais, a União concede garantia em empréstimos para que os contratos tenham juros mais baixos. Nos últimos anos, porém, a situação financeira de Estados e municípios registrou piora – com a queda da arrecadação e o aumento de gastos fixos como salários de servidores –, comprometendo os pagamentos de débitos bancários.

Como garantidora dessas operações de crédito, a União, representada pelo Tesouro Nacional, é comunicada pelos bancos e organismos internacionais de que parcelas de dívidas garantidas estão vencidas e não pagas. O governo federal informa o governador ou o prefeito que há atrasos e, caso não haja quitação, é a União que paga os valores.

Como forma de compensação, o Tesouro teria a opção de bloquear o repasse de verbas constitucionais (como os fundos de participação dos Estados e municípios), mas não é isso que tem acontecido. No caso do Rio de Janeiro, por exemplo, o impedimento está ligado ao fato de o Estado ter aderido ainda em 2017 ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) – programa de socorro do governo federal.

O regime suspende o pagamento de dívidas estaduais com a União em troca de medidas de ajuste fiscal. Procurado, o governo do Rio respondeu que o não pagamento da dívida está previsto no regime. Nos casos de Minas Gerais, Goiás, Amapá e Rio Grande do Norte, os governos estaduais conseguiram decisões judiciais que, na prática, autorizam os calotes sem nenhuma contrapartida para a União. Os outros Estados foram procurados, mas não se posicionaram.

Foto: divulgação

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 17/12/2019	Coluna: Economia



## RIO SUSPENDE TODOS OS PAGAMENTOS ATÉ SEGUNDA ORDEM



17 Dezembro, 2019

Em meio à crise nas contas, a prefeitura do Rio de Janeiro suspendeu todos os pagamentos e demais movimentações financeiras até segunda ordem, segundo resolução publicada nesta terça-feira (17) no Diário Oficial do Município. A decisão, assinada pelo secretário municipal de Fazenda, Cesar Barbiero, começou a valer às 14h de ontem (16). Em nota, a prefeitura informa que a medida tem a função de ajustar os caixas do município, em função dos arrestos determinados pela Justiça. “O procedimento é pontual e pode ser revertido a qualquer momento”, diz. A prefeitura ainda não esclareceu se a resolução afeta o pagamento do 13º dos servidores e a folha de pagamento.

Foto: Tomaz Silva/Agência Brasil

Veículo: Bocão News	Caderno: Política
Data: 16/12/2019	



*Política*

## Bolsonaro reconhece alto preço do combustível



16 de Dezembro de 2019 às 15:45 Por: **Antonio Cruz/ Agência Brasil** Por: **Redação BNews** 0 comentários

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) afirmou nesta segunda-feira (16) que o preço dos combustíveis está alto no Brasil. Bolsonaro afirmou ainda que o governo busca soluções, contudo, não apontou uma solução para os altos preços.

"Estamos fazendo o possível para baratear o preço do combustível porque reconhecemos que está alto no Brasil", declarou o presidente, após se encontrar com o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Freitas.

O presidente reclamou da diferença do preço praticado nas bombas e nas refinarias. "Preço de combustível, lá na refinaria o preço está lá embaixo, ele cresce e fica alto por causa de quê? Impostos estaduais, **ICMS** basicamente. E depois o monopólio ainda que existe na questão de distribuição e nós estamos buscando quebrar esse monopólio para diminuir o preço. Só com a concorrência ele pode diminuir", afirmou.

Bolsonaro afirmou que o governo estuda medidas para simplificar a venda do etanol, contudo não deu detalhes sobre o que seria feito. "Questão do etanol nós tentamos, estamos tentando ainda, de modo que, das empresas que produzem o etanol, as usinas possam vender diretamente ao posto de gasolina. Tem caminhões de transporte que andam 400 quilômetros para entregar [o produto] a um quilômetro da usina. Isso é um absurdo. Tem gente que é contra isso daí porque há interesse econômico e de grupos aqui no Brasil, não é fácil buscar uma solução para tudo, mas estamos fazendo o possível", declarou o presidente.

# miriam leitão



[blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/](https://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/)

O Espírito Santo prepara o futuro dos capixabas com investimentos, fundos e reformas. A da Previdência já está aprovada. O Fundo Soberano foi criado com parte dos recursos do petróleo, que ficará com 15% da participação especial e 45% dos royalties. Isso dá em torno de R\$ 400 milhões por ano. Foi feito também um fundo garantidor de PPP de R\$ 20 milhões. E tem ainda o fundo de infraestrutura que receberá uma bolada de R\$ 1,5 bilhão de um acordo com a Petrobras.

"Lógico que para mim R\$ 1,5 bilhão em 4 anos seria muito bom usar, em obra, em programa. Mas é um sinal de longo prazo. Os recursos sairão da receita corrente líquida para o Fundo Soberano (Funes). Ele tem o papel de uma poupança intergeracional. Poupança para sempre. Daquia 40 ou 50 anos os gestores que estiverem no Espírito Santo decidirão o que fazer com esse dinheiro. Isso dá também estabilidade aos capixabas", diz o governador Renato Casagrande.

Essa visão de longo prazo e do ajuste fiscal como parte de um projeto de investimentos é raro no país, mas tem sido presente no Espírito Santo, o único estado a receber nota A do Te-

souro Nacional. Um dos segredos, segundo Casagrande, é a continuidade administrativa:

"No meu governo passado fiz a PPP do saneamento da Serra. O Paulo Hartung fez a PPP do saneamento de Vila Velha. Agora farei a de Cariacica. Isso tem dado bons resultados".

Hoje o estado tem uma carteira de investimentos para fazer em parceria com o setor privado. O fundo garantidor de PPPs é um fundo privado gerenciado pelo Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes). O fundo soberano, o que ficará com parte do dinheiro do petróleo, será sócio de empresas privadas para atrair mais investimentos para o estado.

"Para nós não termos dependência do petróleo e do gás, para não ficarmos como a Venezuela

ou o Rio de Janeiro", diz Casagrande.

Ele vai lançar um programa de melhoria da logística com Minas Gerais, em 17 de fevereiro, como informou o "Valor". Casagrande quer que o Espírito Santo seja a porta de saída para o mundo, a porta de entrada para o Brasil.

"O estado tem uma população pequena, de 4 milhões de pessoas, mas nós conquistamos nos últimos anos uma cultura de gestão fiscal e com capacidade de fazer investimento próprio e de alavancar recursos", diz Casagrande.

A população capixaba não é tão pequena, é maior do que a do Uruguai. Para o governador, não se deve querer crescer muito em termos de habitantes. Só o aumento natural mesmo. O importante é a qualidade do de-

envolvimento econômico e social. O Espírito Santo está investindo este ano entre R\$ 1,6 bilhão e R\$ 1,7 bi. É 10% do orçamento. No ano que vem, serão R\$ 2 bilhões.

"Tem nesse total inclusive recursos de superávit de anos anteriores. Este ano estamos fazendo um acordo com a Petrobras, de uma antiga pendência judicial. Vamos receber, até 2022, R\$ 1,5 bi. É esse dinheiro que vai para o Fundo de Infraestrutura. Esse não é o Fundo Soberano, que é outra coisa. Tudo que é dinheiro que não é recurso permanente estamos colocando no Fundo de Infraestrutura".

Perguntei ao governador se não era complicado fazer uma parceria para investimento em logística com Minas Gerais, que está em situação calamitosa do

ponto de vista fiscal. Ele diz que o acordo é bom para ambos, por isso fez reunião com 50 empresários mineiros e diz que o encontro foi "extraordinário":

"O setor privado precisa se agarrar a algumas lutas que deem dinamismo e movimento".

Uma dessas lutas é integrar a malha ferroviária do estado e de Minas com o resto do Brasil. Diz que a Vitória-Minas é a melhor ferrovia do Brasil, mas está ainda desconectada.

O dinheiro que o Espírito Santo vai receber do leilão da cessão onerosa também vai para o Fundo de Infraestrutura. Se tivesse gastado por conta, estaria em maus lençóis porque o cálculo era que o Espírito Santo receberia mais de R\$ 300 milhões, mas, como o leilão foi frustrante, ficará com R\$ 162 milhões.

Ele diz que o estado tem recursos para investir em creches, em segurança pública, parceria com o Banco Mundial para saneamento, com o BID, para estradas. Na educação, Casagrande diz que continua a obra de Hartung com mais escolas em tempo integral. O estado é o segundo do Ideb. Até 2024, terá metade das suas escolas em tempo integral. O ES é a prova de que o ajuste fiscal vale a pena.

Veículo: Política Livre	
Data: 16/12/2019	Caderno: Economia



16 de dezembro de 2019 | 14:45

## ***Etanol é competitivo ante gasolina em quatro Estados brasileiros diz ANP***

Os preços médios do etanol continuaram vantajosos ante os da gasolina em apenas quatro Estados brasileiros na semana passada – Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais e São Paulo – todos grandes produtores do biocombustível. O levantamento da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) compilado pelo AE-Taxas considera que o etanol de cana ou de milho, por ter menor poder calorífico, tenha um preço limite de 70% do derivado de petróleo nos postos para ser considerado vantajoso.

Em Mato Grosso, o hidratado é vendido, em média, por 60,99% do preço da gasolina, em Goiás a 69,34%, em Minas Gerais a 66,27% e em São Paulo a paridade ficou em 68,02%.

Na média dos postos pesquisados no País, a paridade é de 68,75% entre os preços médios de etanol e gasolina, também favorável ao biocombustível.

A gasolina foi mais vantajosa no Amapá, com a paridade de 92,56% para o preço do etanol.



## Espaço no teto de gastos deve chegar a R\$ 3,7 bi

Rogério Marinho afirmou a relator do Orçamento que despesa previdenciária estava superestimada

Por **Ribamar Oliveira** — De Brasília

17/12/2019 05h00 · Atualizado há 5 horas

Em ofício dirigido ontem ao relator-geral da proposta orçamentária para 2020, deputado Domingos Neto (PSD-CE), o secretário especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, informou que a despesa da Previdência Social para o próximo ano está superestimada e solicitou que ela seja reduzida de R\$ 681,3 bilhões para R\$ 677,6 bilhões. A mudança abrirá um espaço de R\$ 3,7 bilhões no teto de gastos para ser utilizado em outras despesas orçamentárias, o que deverá ser feito pelo relator-geral.

“Atualmente, a estimativa para o Orçamento de 2020 é de R\$ 681,3 bilhões. Contudo, as projeções apontam, de forma conservadora, um valor que deve ficar na casa dos R\$ 677,6 bilhões”, diz Marinho em seu ofício. Ele acrescenta que “pode e deve haver revisão da estimativa da despesa do RGPS [Regime Geral da Previdência Social] para o ano de 2020”.

PUBLICIDADE



Ver novamente

inRead invented by Teads

O secretário diz que o novo valor da despesa foi projetado “com a segurança necessária e com espaço suficiente para absorver potenciais efeitos de desresapamento de concessão de benefícios e também eventuais revisões do salário mínimo para um valor acima de R\$ 1.038, caso a inflação (medida pelo INPC) dos meses de novembro e dezembro de 2019 fiquem maiores que a prevista”.

O deputado Domingos Neto solicitou que o governo encaminhasse a estimativa do impacto orçamentário da Lei 13.846/2019, que instituiu o programa especial para análise de benefícios com indícios de irregularidades e o programa de revisão de benefícios por incapacidade. Em resposta, Marinho encaminhou nota técnica com os esclarecimentos solicitados e com a nova projeção para as despesas da Previdência em 2020.

A nota técnica informa que a diferença de R\$ 8,5 bilhões entre a projeção para as despesas da Previdência Social que consta do Orçamento deste ano e no Decreto 10.136, de novembro de 2019, deve-se a diversos fatores, entre eles as relacionadas ao combate às fraudes e a variação do resapamento de benefícios administrados pelo INSS.

A partir da efetividade do pagamento dos bônus criados pela Lei 13.846 aos analistas do INSS, segundo a nota, associado ao aumento da produtividade dos servidores e da automatização da concessão dos benefícios previdenciários, em agosto de 2019, a curva de benefícios em estoque mudou sua trajetória.

“Com a alteração, é possível estipular o período de redução do estoque e, por consequência, o aumento da folha de pagamento do RGPS”.

A nota técnica informa que, por motivos de mudanças de sistemas, “o processo de revisão de benefícios por incapacidade apenas ocorrerá em 2020, enquanto as apurações de irregularidades de benefícios administrativos, tiveram sua ampliação de benefícios cassados apenas a partir de maio de 2019”.

Nos novos cálculos que foram feitos, o governo considerou um fator de reajuste dos benefícios de 1,0399, um fator de crescimento vegetativo de 1,030, o INPC do ano de 3,98% e um salário mínimo de R\$ 1.038. Além disso, projetou uma despesa com sentenças judiciais de R\$ 20,3 bilhões, uma despesa com desrepresamento de benefícios do RGPS de R\$ 9,7 bilhões e uma redução de despesas com base na Lei 13.846/2019 de R\$ 4,9 bilhões.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

### LINK PATROCINADO

Gucci - Cinto de couro com fivela Duplo G - mulher - Couro/Metal - ...  
R\$ 1780,00 - FARFETCH.COM

### LINK PATROCINADO

Grelhe seus alimentos no fogão sem fumaça!  
DESCONTALIA

### LINK PATROCINADO

Cada vez que eu chego na frente, eu fico mais longe das drogas.  
MINISTÉRIO DA CIDADANIA

### LINK PATROCINADO

Acompanhe as últimas notícias sobre ativos digitais.  
RIPIO

### LINK PATROCINADO

Retrovisor capaz de reduzir acidentes chega ao Brasil. Conheça.  
RETROVISOR MASTER VIEW

### LINK PATROCINADO

50 carros que vão durar mais de 400.000 Km; o seu está na lista?  
TRENDSATCHERS

---

## Veja em Valor Investe

### VALOR INVESTE

Seis em dez mulheres não têm plano de carreira na empresa onde trabalham

### VALOR INVESTE

Trump: Estamos muito próximos de grande acordo com a China

### VALOR INVESTE

Dona da Havaianas adota novo sistema de preços e faz novo reajuste

## Presidente sugere que CPMF pode voltar à discussão

Presidente disse que medida só seria adotada como forma de substituir outros tributos

Por **Fabio Murakawa e Matheus Schuch** — De Brasília

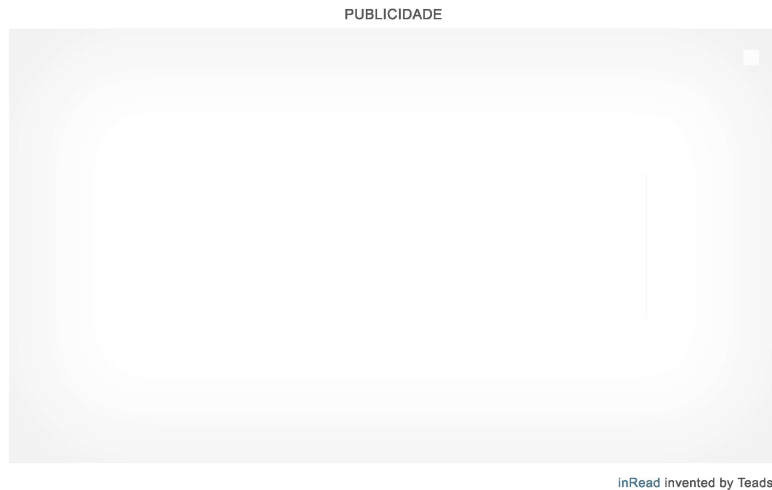
17/12/2019 05h01 · Atualizado há 5 horas



Bolsonaro sobre a recriação da CPMF: "Todas as alternativas estão na mesa" — Foto: Daniel Marenco/Agência O Globo

O presidente Jair Bolsonaro admitiu que não descarta a criação de um novo tributo nos moldes da antiga Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), mas a medida só seria adotada como forma de substituir outros tributos. Em entrevista coletiva em Brasília, ontem, também garantiu que a “reação da sociedade” será determinante sobre eventual recriação de imposto sobre transações financeiras.

“Todas as alternativas estão na mesa”, afirmou o presidente. “Nós não queremos criar nenhum novo tributo, a não ser que seja para extinguir outros. E assim mesmo, colocado junto à sociedade, para ver qual a reação da sociedade, a gente vai levar avante essa proposta ou não.”



Bolsonaro disse também que seu governo não conseguirá fazer uma reforma tributária “ampla, geral e irrestrita”, envolvendo o governo federal, Estados e municípios. A orientação à equipe econômica, acrescentou o presidente, é privilegiar a reconfiguração dos impostos federais.

“Se nós quisermos fazer uma reforma tributária ampla, geral e irrestrita, envolvendo os poderes Executivo federal, estaduais e municipais, a gente não vai fazer nada”, disse Bolsonaro. “Eu tenho falado com o Paulo Guedes para usar a palavra simplificação de impostos e focar nos impostos federais.”

Em setembro deste ano, o ex-secretário da Receita Federal Marcos Cintra foi exonerado por uma sequência de desentendimentos, inclusive com Bolsonaro, sobre o retorno de um imposto nos moldes da antiga CPMF. À época, o presidente ficou contrariado com a discussão pública em torno do novo tributo, impulsionada em grande parte por declarações do então secretário

No final da tarde, questionado sobre a possibilidade de recriação da CPMF, o porta-voz da presidência da República, Rêgo Barros, disse que o retorno de um imposto sobre transações financeiras “pode estar sendo analisado pelo Ministério da Economia”.

“Não obstante essas questões que são muito técnicas - e aí eu incluo a antiga CPMF ou coisa que o valha - ainda não está no escantilhão do próprio presidente e eventualmente pode estar sendo analisado pelo Ministério da Economia, mas nós não temos dados nem referência mais objetiva para afiançarmos se isso vai adiante ou não”, explicou.

Além de simplificar impostos, Bolsonaro afirmou que pretende cortar custos do governo que ele considera desnecessários.

Também ontem, Bolsonaro criticou a TV Escola, que teve descontinuado seu contrato de gestão pelo Ministério da Educação. E aproveitou para chamar o educador Paulo Freire de “energúmeno”.

“Era uma programação [da TV Escola] totalmente de esquerda, ideologia de gênero, dinheiro público para ideologia de gênero. Então, tem que mudar. Reflexo, daqui a 5, 10, 15 anos vai ter reflexo. Os caras estão há 30 anos [no ministério], tem muito formado aqui em cima dessa filosofia dos Paulo Freire da vida, esse energúmeno, ídolo da esquerda”, disse

Com aval do presidente, o Planalto também anunciou que deixará de assinar as edições impressas dos principais jornais do país. As assinaturas digitais devem continuar, porém ainda estão pendentes de licitação. Alguns departamentos ainda recebem senhas dos veículos, caso solicitem.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

### LINK PATROCINADO

Saint Laurent - Sandália Opyum - mulher - CouroCouroCouro - 38 - Preto  
R\$ 4070,00 - FARFETCH.COM

### LINK PATROCINADO

Cada vez que eu chego na frente, eu fico mais longe das drogas.  
MINISTÉRIO DA CIDADANIA

### LINK PATROCINADO

Grelhe seus alimentos no fogão sem fumaça!  
DESCONTALIA

### LINK PATROCINADO

Acompanhe as últimas notícias sobre ativos digitais.  
RIPIO

### LINK PATROCINADO

Retrovisor capaz de reduzir acidentes chega ao Brasil. Conheça.  
RETROVISOR MASTER VIEW

### LINK PATROCINADO

50 carros que vão durar mais de 400.000 Km; o seu está na lista?  
TRENDSATCHERS

---

## Veja em Valor Investe

### VALOR INVESTE

Seis em dez mulheres não têm plano de carreira na empresa onde trabalham

### VALOR INVESTE

Trump: Estamos muito próximos de grande acordo com a China

### VALOR INVESTE

Dona da Havaianas adota novo sistema de preços e faz novo reajuste

### VALOR INVESTE

Minuto Eleven: Com agenda vazia, Ibovespa tem leve queda de 0,13%

### VALOR INVESTE

Smiles dispara quase 20% na Bolsa com proposta da Gol

Governo vai propor reforma profunda ao país, diz Guedes a jornal

---



## Bolsonaro sanciona reforma da Previdência dos militares

O ganho líquido com a reforma dos militares será de R\$ 10,45 bilhões em dez anos, segundo cálculos da equipe econômica

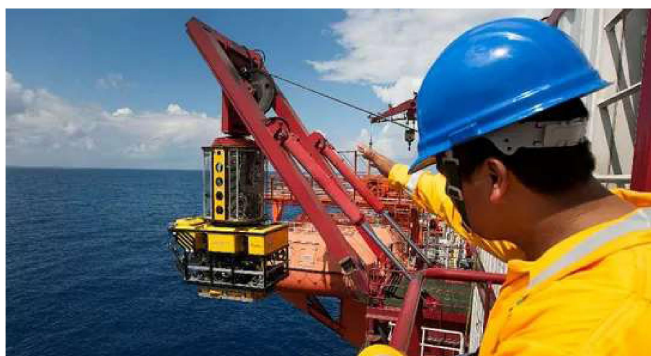
17/12/2019 10:11 — Em Brasil



## Via Varejo faz atualmente 60 entregas por minuto

A empresa tem 87 milhões de clientes cadastrados, sendo que 22 milhões de pessoas compraram na empresa nos últimos 12 meses

17/12/2019 09:57 — Em Empresas



## Petróleo opera em alta antes de dados de estoques nos EUA

Expectativa é que tenha havido redução dos volumes, o que ajudaria a diminuir preocupações com excesso de oferta

17/12/2019 09:57 — Em Finanças

## Juros futuros sobem e dólar tem leve baixa; ata do Copom merece atenção

Teor do documento da última reunião do BC é avaliado de perto pelos agentes financeiros

17/12/2019 09:52 — Em Finanças

## Petrobras inicia fase vinculante de venda de blocos na Bacia Sergipe-Alagoas

Eta etapa envolve 15 blocos exploratórios em terra, dos quais 8 são exclusivos da estatal; Nova Petróleo pode exercer direito de preferência nos outros 7

17/12/2019 09:50 — Em Empresas

## Conab mantém estimativa de queda de 20% na produção brasileira de café

Segundo a estatal, colheita, já encerrada, rendeu 49,3 milhões de sacas na safra 2019/20

17/12/2019 09:49 — Em Agronegócios



**Por Marli Olmos**

Especialista em indústria automobilística, é repórter especial do Valor, onde trabalha desde 2000. Foi correspondente do jornal na Argentina de 2014 a 2016.

## Quando incentivos fiscais não bastam

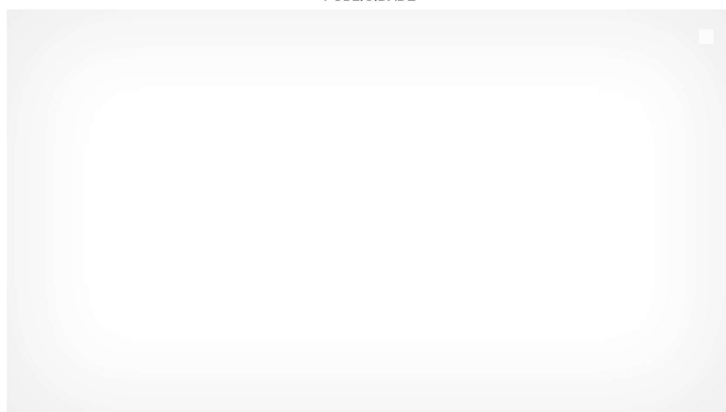
Há várias razões para crer que um novo cenário começa a expor a fragilidade dos programas de estímulo

17/12/2019 05h00 · Atualizado há 5 horas

Em meados dos anos 1990, o governo de Fernando Henrique Cardoso lançou um programa de incentivos fiscais que marcou a descentralização da indústria automobilística no país. Junto com os benefícios federais surgiu uma guerra fiscal entre Estados, e, em pouco tempo, as linhas de montagem que até então se concentravam basicamente em São Paulo e Minas Gerais se espalharam pelo Sul, pelo Nordeste e pelo Centro-Oeste.

Essa descentralização mudou completamente o mapa da indústria automobilística no país. Levou atividade industrial e empregos qualificados a regiões distantes, a lugares que até então só conheciam o trabalho da lavoura.

PUBLICIDADE



inRead invented by Teads

### Em Goiás, CPI investiga concessões tributárias

Os ganhos fiscais obtidos nessas regiões permitiram às montadoras compensar a desvantagem logística das longas distâncias que as separam de grandes fornecedores de componentes e dos maiores mercados consumidores de automóveis.

Em pouco tempo, a produtividade alcançada em fábricas instaladas no Nordeste começou a provocar inveja a linhas veteranas do Sudeste.

É por isso que causou surpresa para muitos quando, na semana passada, o presidente da Ford na América do Sul, Lyle Watters, revelou que começou a negociar com empregados e fornecedores da fábrica da montadora em Camaçari, na Bahia, metas de redução de custos. Isso inclui, principalmente, reduzir benefícios trabalhistas como o valor da participação nos resultados.

Watters levou até a fábrica baiana uma fórmula praticamente igual à usada no início do ano por uma de suas concorrentes, a General Motors. O tom do discurso da Ford foi menos ameaçador do que o da GM. Mas, em ambos os casos, futuros investimentos foram atrelados à necessidade de baixar custos.

Quando no início do ano anunciou o fechamento da sua antiga fábrica de São Bernardo do Campo, no ABC, parecia que a Ford havia optado por concentrar a produção de veículos onde ainda desfruta de incentivos fiscais, na Bahia. Acontece que o programa que prorrogou de 2020 para 2025 o término do regime de benefícios fiscais para montadoras instaladas no Nordeste prevê uma redução no percentual de incentivos federais nessa região a partir de 2021.

Vale lembrar que essa prorrogação, feita por meio de decreto assinado pelo ex-presidente Michel Temer, no fim do mandato, há um ano, foi a quarta mudança na data final de uso de créditos tributários. Inicialmente, a lei previa o fim do incentivo em 2010. O prazo foi, depois, estendido para 2015, 2020 e agora 2025.

Um forte trabalho de lobby de empresas e de deputados fez com que, ao longo dos últimos anos, o tamanho dos incentivos fosse ajustado conforme as desvantagens ou vantagens de cada região. O consultor Ricardo Bastos, da RB2, lembra que o Centro-Oeste, por exemplo, ficou fora da última prorrogação de benefícios por estar mais próximo do Sudeste do que as fábricas instaladas no Nordeste.

Há poucos dias, o empresário Carlos Alberto Oliveira Andrade, proprietário do grupo Caoa, disse ao **Valor** que espera que as vantagens tributárias para o Centro-Oeste sejam estendidas. Fica em Anápolis, município no interior de Goiás, a maior fábrica de veículos do grupo. Ali são produzidos modelos da marca coreana Hyundai e da chinesa Chery. Oliveira Andrade andou sondando a compra da Ford no ABC paulista, o que poderia ser entendido como ameaça de deslocamento para o Sudeste caso a fábrica goiana perca vantagens fiscais.

Mas, se na esfera federal a concessão de incentivos não é a mesma de anos atrás, no lado dos Estados a situação se complica com a crise nas contas públicas. Antes mesmo de tomar posse como governador de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM) propôs uma revisão de benefícios fiscais em seu Estado. Na Assembleia Legislativa de Goiás foi instaurada até uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para analisar concessões em impostos. Os empresários têm sido chamados para depor. Muitos escapam das sessões com a ajuda de liminares.

Questionamentos em relação aos programas de vantagens fiscais surgem por todo o lado. Quando a Ford anunciou o fechamento da fábrica em São Bernardo, em fevereiro, houve uma reação imediata de membros do Ministério da Fazenda, indagando o fato de a montadora suspender a produção em um Estado enquanto se beneficia de redução de impostos em outro. Quando o programa de incentivos do Nordeste foi criado houve comprometimento das empresas de não transferir linhas para as regiões beneficiadas.

A polêmica mobilizou membros das bancadas de deputados do Nordeste num momento delicado, em que assuntos importantes como a reforma da Previdência estavam em pauta. O assunto parou por aí.

As histórias de investimentos que nasceram de incentivos fiscais estão por todos os lados. E as artimanhas para obtê-los extrapolam a criatividade desse setor. Para credenciar-se ao programa oferecido no Nordeste, o grupo Fiat Chrysler adquiriu uma antiga fábrica de peças (chicotes elétricos) em Pernambuco.

Há várias razões, no entanto, para crer que um novo cenário começa a expor a fragilidade dos programas de incentivo fiscal. Basta ver que as negociações para pressionar operários a aceitar revisões de contrato de trabalho se estendem de Norte a Sul. Já envolvem metalúrgicos paulistas, gaúchos e baianos.

Além disso, as montadoras percebem, hoje, que não basta mover-se ao sabor de tratamentos tributários especiais, como fizeram ao longo de anos. Não tem sido fácil convencer as matrizes dessas companhias a liberar programas de investimentos em regiões não envolvidas nos gastos que esse setor elegeu como mais importantes: desenvolvimento de novas tecnologias, energias alternativas, conectividade e direção autônoma.

A era dos incentivos a fabricantes de veículos no Brasil não acabou. O mais recente programa, o Rota 2030, também assinado a menos de dois meses de mudança de governo, premia com redução de impostos os que investirem em pesquisa e desenvolvimento. Essa indústria tem perdido, no entanto, muitos dos mimos do passado e sabe que para manter-se viva hoje não basta bater à porta de governos.

**Marli Olmos é repórter especial**

**E-mail: [marli.olmos@valor.com.br](mailto:marli.olmos@valor.com.br)**



## Rio 'corre' para quitar empréstimo de R\$ 4 bi sem privatizar Cedae

Governo estadual tem até 19 de dezembro de 2020 para quitar financiamento do BNP Paribas

Por **Rodrigo Carro** — Do Rio

17/12/2019 05h01 · Atualizado há uma hora



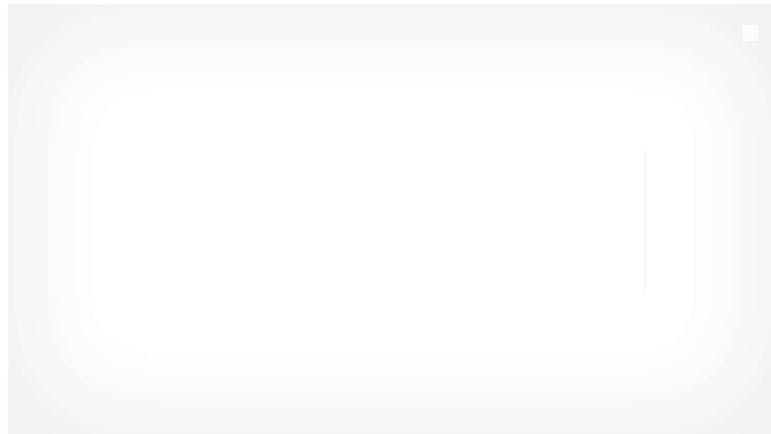


Secretário estadual de Fazenda do Rio, Luiz Claudio Rodrigues de Carvalho afirma que a dívida será honrada — Foto: Leo Pinheiro/Valor

Com um financiamento de R\$ 4 bilhões a vencer em dezembro de 2020, o governo fluminense busca alternativas para quitar o empréstimo sem privatizar a Companhia Estadual de Águas e Esgotos (Cedae). Peça-chave no acordo de socorro financeiro assinado com a União em 2017, a estatal teve parte de suas ações dada como garantia para uma linha de crédito do banco BNP Paribas. Na prática, porém, a opção do Rio de Janeiro por um modelo de subconcessões para serviços de distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto significa que o Estado não vai abrir mão de imediato do controle da Cedae.

Parecer do Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal (RRF) datado de 12 de dezembro destaca um atraso de pelo menos 12 meses no cronograma de execução acordado entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o governo do Estado para estruturar o processo de desestatização da Cedae. E aponta, entre outras possibilidades, o risco de “a arrecadação dos recursos provenientes da alienação [da Cedae] não ocorrer até 19 de dezembro de 2020”. O conselho reúne representantes do Estado, do Ministério da Economia e do Tribunal de Contas da União.

PUBLICIDADE



InRead invented by Teads

O modelo escolhido pelo Estado do Rio prevê a atuação da Cedae apenas na produção, na captação e no tratamento de água, que seria vendida a quatro novas subconcessionárias. Essas empresas ficariam focadas na distribuição de água e na coleta de esgoto em quatro blocos pré-definidos de municípios.

Ainda que a licitação das áreas não aconteça até dezembro, a quitação da dívida com o BNP Paribas está garantida, segundo o secretário estadual de Fazenda do Rio de Janeiro, Luiz Claudio Rodrigues de Carvalho. “Vamos pagar o empréstimo, sim. Não há plano B”, afirma.

Carvalho não detalha qual seria o plano A, mas informa que a arrecadação avançou 2,2% em termos nominais no acumulado de janeiro a novembro (menos, portanto, que a inflação medida pelo IPCA no período, de 3,12%). “Para 2020, vamos ter um cenário ainda melhor e a partir de algumas medidas que vamos adotar será possível honrar com o pagamento do empréstimo”, diz.

No início do mês, em seminário do BNDES, o presidente da Cedae, Hélio Cabral, fez questão de frisar que a companhia não será privatizada, mas apenas vai reduzir seu escopo de atuação. A afirmação é corroborada por fonte do alto escalão do

“É preciso entender como esses grupos [blocos] de cidades vão se enquadrar no novo marco legal que está sendo votado no Congresso”, diz Vamilton Costa, sócio do escritório Costa Tavares Paes Advogados. “Sabendo que será aprovada uma nova regra, nenhum investidor vai desembolsar dinheiro agora. Tem que haver segurança jurídica.”

O compromisso de privatizar a companhia de saneamento foi peça-chave no acordo de socorro financeiro assinado com a União em 2017, o RRF. Único a apresentar proposta no leilão público realizado em novembro daquele ano, o BNP Paribas emprestou R\$ 2,9 bilhões ao governo do Rio a uma taxa de 10,6% ao ano. Pelo acordado à época, o empréstimo deve ser pago ao final de 36 meses, ou quando houvesse alienação das ações da Cedae.

Em seu parecer mais recente, o conselho de supervisão do RRF aponta quatro fatores complicadores para o cumprimento do prazo de 19 de dezembro de 2020 estabelecido originalmente para a alienação da Cedae. Além do atraso no cronograma acordado com o BNDES e de possíveis ações judiciais contrárias, o documento assinado por três conselheiros frisa a “complexidade do arranjo jurídico-institucional entre o Estado do Rio de Janeiro e os municípios beneficiários da prestação do serviço pela Cedae”. E, também, a necessidade de alteração das legislações municipais e estadual, assim como do próprio estatuto da Cedae.

“Um prazo de 12 meses é factível [para licitar um sistema de subconcessões]”, acredita Renato Sucupira, sócio-presidente da BF Capital, consultoria voltada para a estruturação de financiamentos no setor de infraestrutura.

Relator do projeto do saneamento básico na Câmara, Geninho Zuliani (DEM-SP) acredita que, num prognóstico conservador, o novo marco regulatório pode ser aprovado pelo Senado em fevereiro do próximo ano. “Pela relevância e urgência natural da matéria, o Senado deve concluir a apreciação da matéria logo após o fim do recesso legislativo”, diz Zuliani.

No caso da Cedae, a privatização plena (com a venda de 100% do capital) poderia angariar a cifra de R\$ 19 bilhões para o governo estadual, argumenta o parlamentar, citando estudo realizado pelo Ministério da Economia. Em tese, a opção do governo do Rio pelo modelo de subconcessões não impede uma futura abertura de capital ou a venda do controle acionário.

“Qualquer [vestígio de] comando estatal influencia no preço final da companhia”, analisa a economista e advogada Elena Landau, ex-diretora de privatizações do BNDES, frisando que prefere se abster de comentar especificamente o caso da Cedae. “Se você deixa uns ‘rabichos’ [estatais], a coisa não funciona”, acrescenta. “O melhor exemplo é o da Telebras”. Reativada em 2010, a estatal acumula sucessivos prejuízos.

A insistência do governo fluminense em manter o controle da Cedae pode ser explicada em face dos resultados financeiros da companhia. Até setembro, a empresa acumulava lucro líquido de R\$ 940,2 milhões. O desempenho operacional, no entanto, está longe de ser referência no mercado. A taxa média ponderada de inadimplência dos serviços de água e esgotamento sanitário, por exemplo, chega a 49%, segundo o parecer do conselho de supervisão do RRF.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

### LINK PATROCINADO

Cada vez que eu chego na frente, eu fico mais longe das drogas.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA

### LINK PATROCINADO

Balenciaga - Sandália estruturada com salto baixo - mulher - Couro...

R\$ 6952,00 - FARFETCH.COM

### LINK PATROCINADO

Grelhe seus alimentos no fogão sem fumaça!

DESCONTALIA